

MÉTODOS PEDAGÓGICOS NA BAHIA: ASPECTOS DA INFLUÊNCIA FRANCESA, NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

MÉTHODES D'ENSEIGNEMENT EN BAHIA: ASPECTS DE L'INFLUENCE FRANÇAISE À LA FIN DU XIXE SIÈCLE ET AU DÉBUT DU XXE SIÈCLE

Claudinei de Camargo Sant'Ana

Doutorado em Educação
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Bahia – Brasil
claudinei@ccsantana.com

Resumo

Neste artigo apresentamos os resultados de uma pesquisa de pós-doutorado que buscou identificar a presença de métodos pedagógicos que, difundidos na França, também repercutiram no ensino brasileiro, no final do século XIX e início do século XX. Em terras brasileiras, analisamos particularmente o estado da Bahia. Para realização da pesquisa, nos valem das revistas pedagógicas e livros utilizados na França e no Brasil, relativo ao recorte temporal considerado, e como resultado encontramos fortes indícios da presença de tais métodos, inclusive na legislação baiana. Assim, apresentamos os resultados que propiciaram a identificação de uma visão de escola e métodos a serem nela desenvolvidos ao longo do tempo, e que também influenciaram em grande medida as ações educacionais no Brasil.

Palavras-chave: Material pedagógico. Ensino de matemática. Grupo escolar. Circulação. Apropriação.

Résumé

Cet article présente les résultats d'une recherche post-doctorale visant à identifier la présence de méthodes d'enseignement qui diffusent en France également eu des répercussions sur l'éducation au Brésil, à la fin du XIXe siècle et au début du XXe siècle. Dans les terres brésiliennes, en particulier, nous analysons l'état de Bahia. Pour mener l'enquête, nous nous servons magazines pédagogiques et livres utilisés en France et au Brésil, en ce qui concerne la période considéré et par conséquent, nous trouvons des preuves solides de la présence de ces méthodes, y compris la législation Bahia. Ainsi,

nous présentons les résultats ce qui a conduit à l'identification une vision de l'école et méthodes à se développer au fil du temps, et aussi influencé dans une large mesure les activités éducatives au Brésil.

Mots-clés: Matériel pédagogique. L'enseignement des mathématiques. Groupe scolaire. La circulation. L'appropriation.

Introdução

Apresentamos aqui os resultados parciais da pesquisa de pós-doutorado vinculada ao projeto de âmbito regional aprovado na Chamada Pública Universal CNPq MCTI “*A construção dos saberes elementares matemáticos no primário no estado da Bahia*” edital 14/2013 (desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Educação Matemática-GEEM), e o projeto “*L'Enseignement des Mathématiques à L'École Primaire, XIXE-XXE Siècle. Études comparatives, Brésil-France*” CAPES-COFECUB edital N° 021/2013 - n° 807-14, desenvolvido no âmbito CAPES-COFECUB (Brasil-França, 2014-2017), também relacionado com o projeto intitulado “*A Matemática e os primeiros anos escolares: Processos de internacionalização, Institucionalização, profissionalização e circulação, 1880-1970*” desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática (GHEMAT).

Neste texto, especificamente, apresentamos indícios da presença do Método Intuitivo no estado da Bahia. Para tanto, nos valem do periódico intitulado “*Revista Pedagógica da Bahia*”, que circulou neste estado entre os anos 1892 e 1893, que está disponibilizado no Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, disponível no link: <https://repositorio.ufsc.br>, e a “*Revue Pédagogique*” periódico publicado na França, que circulou neste país entre os anos de 1878 a 1936. Os exemplares analisados são pertencentes ao acervo da Bibliothèque École Supérieure du Professorat et de l'Éducation de l'académie de Limoges – ÉSPÉ, Université de Limoges, bem como dos manuais utilizados na França e no Brasil.

Destarte, nos ocupamos aqui acerca do desenvolvimento do ensino de Matemática nas escolas elementares, conhecidas no Brasil como Grupos Escolares e na França como Escola Primária Elementar, importantes no cenário educativo destes dois países. A abordagem adotada evidencia a conotação histórica, em especial relacionada com a História da Educação Matemática fundamentada na perspectiva da cultura escolar (CHARTIER, 1990), utilizando fontes primárias (NUNES, 2006), neste caso documentos oficiais (normatização do ensino bem como das escolas), manuais escolares e revistas pedagógicas.

Metódos para ensinar

A difusão dos métodos para ensinar aparece notadamente na Europa, e particularmente na França, por intermémio das normas, mas também por meio das publicações. Os “*méthodes de enseignement*” já eram discutidos e socializados há muito, a exemplo do Ensino Mútuo:

O sistema de ensino mútuo, do célebre Lancaster (Joseph), que foi reportado da Índia para Inglaterra por Dr. Bell (André). Este método conhecido na Europa desde de o século XVI recomendado por Erasmo a aplicação com muito grande sucesso a Saint-Cyr, pela senhora Maintenon. No século XVIII a cidade de Orleans e as escolas anexas ao hospício da Misericórdia adotaram igualmente a partir de 1814 o ensino mútuo estendeu rapidamente na França, na Suíça, na Rússia e nos Estados Unidos ou Lancaster, ele mesmo o propagou (ALMEIDA, 1889, p. 166, tradução própria).

No começo do século XIX, “...Guizot criou o Manual Geral, um tipo de boletim oficial do ministério da instrução pública, que difunde bons métodos” (LELIÈVRE, 1990, p. 77), declaradamente o periódico não hostilizava o método “simultâneo” e o método “mútuo”. Porém, “... A partir de então o Manual Geral se engajou em uma luta cada vez mais acirrada contra o Ensino Mútuo” (LELIÈVRE, 1990, p. 77, tradução própria). Cabe ressaltar que o periódico em questão “Começou a ser publicado em 1834, atualmente o Manual Geral é publicado quinzenalmente... destinado ao primário superior e a instrução adicional” (BUISSON, 1882a, p. 272), este periódico criado por Guizot, nomeado “Manuel Général” ou “Journal de l’Instruction Primaire”, jornal dos instrutores e instrutoras, circulou até 1840, com o propósito de tratar e direcionar os assuntos relativos à educação, particularmente a metodologia de ensino e a vida escolar.

O método de ensino difundido por Johann Heinrich Pestalozzi, “...que pode ser considerado o fundador da pedagogia moderna, que com Rousseau entrou em um novo mundo, e sua revelação em Emílio de uma grande ideia, agora chamado a levar a humanidade à sua realização: a ideia de educação” (SOËTARD, 2003, 27, tradução própria), atravessou praticamente todo o século XIX influenciando a educação na Europa, principalmente na França e conseqüentemente, como veremos também, o Brasil.

Neste processo de renovação e novidades no ensino, é atribuído a Pestalozzi o papel importante para a educação das crianças, no que se refere à utilização da intuição na educação popular, que interagem com as ideias do ensino de Matemática, especificamente as ideias de número e forma (COSTA, 2014). Para este, a intuição define

a maneira como as crianças podem conhecer o mundo (SIQUEIRA FILHO; LEGROS, 2016).

Pesquisas como as de Costa (2014) e Siqueira Filho e Legros (2016) apresentam reflexões das concepções de Pestalozzi sobre o ensino da Aritmética no Brasil a partir de autores franceses do século XIX:

Durante o século 18, na Europa, os livros dedicados à Aritmética costumavam incorporar, além dela mesma, o ensino da escrita, a gramática e a ortografia. No começo do século 19 uma mudança importante na configuração destas aritméticas escolares se produziu devido às influências recebidas da Revolução Francesa. De fato, a Revolução situou a Matemática em uma elevada posição, o que se traduziu numa ampla difusão social. O estabelecimento de um currículo comum obrigatório aos alunos de um mesmo nível educativo implicou na necessidade da produção de livros didáticos (COSTA, 2014, p. 40).

Ao refletir sobre a Intuição e o Método Intuitivo, Buisson coloca:

Este termo, relativamente novo, guarda o valor de uma comparação, ao invés de uma definição: a intuição é da ordem dos atos do espírito análogo aos pontos de vista no domínio do sentido, uma percepção da realidade tão facilmente ao espírito é para a vista do olho de formas suscetíveis (BUISSON, 1882b, p. 1374, tradução própria).

Reforçando o pressuposto de que o intuitivo compõe os diferentes atos da mente, o mesmo autor acrescenta, podendo ser “a intuição pelo sentido e a intuição da faculdade intelectual”, que via de regra, pode ser uma maneira de se apreender a realidade, a verdade, é, entretanto, um natural meio pelo qual deve-se guiar a educação popular:

E se, finalmente, o método intuitivo em geral, isto é, o do habitual em sempre chamar esse olhar da mente, este poder nativo tem o pensamento de apreender a verdade, porque é a verdade, porém, dizemos, esta abordagem é inerente ao espírito humano constitui e é tanto a forma de afirmação mais legítima e acessíveis a todos, será o mesmo método da educação popular (BUISSON, 1882b, p. 1375, tradução própria).

Na França, a disseminação do Método Intuitivo esteve presente, ao menos oficialmente, em todo o país e também, declaradamente, em todos os componentes disciplinares do ensino primário. Este método rapidamente obteve aprovação acadêmica, que ao reforçar a sua importância, assim se justificavam: “... não existe outro objeto completo e espontâneo, com variedade de iniciativa intelectual da parte de uma criança” (BUISSON, 1882b, p. 1377, tradução própria), de certo que, se o método chegou a todos

os conteúdos escolares, o que podemos identificar para o ensino de Matemática, especificamente:

Em aritmética, não se começa por revelar os números abstratos, seus relacionamentos e suas leis: trata-se de objetos físicos que chamam a sua atenção, e usado por toda a sua vida, mas também para ensiná-lo: em pouco tempo ele pode fazer de cabeça e por intuição as operações, que poderá raciocinar rigorosamente anos depois, ele não é uma criança que não pode fazer mentalmente com seus esforços a subtração, a multiplicação, a divisão em frações, muito antes mesmo adivinhar o nome das quatro operações (BUISSON, 1882b, p. 1377, tradução própria).

Apesar da adequação para todas as disciplinas, afirma-se que o método não se adequa a todas as idades, ou seja:

O método intuitivo não é o método de todas as idades; é exclusivamente da infância; mas a infância torna o estudo deste tipo, frutífero à infância, ela pode vislumbrar em toda a sua poesia e sua frescura neste no mundo das ideias, mas não se começa a submetê-lo a um catálogo como em um museu, mas em algo vivo, diversificado, móveis, rico e cheio de atrativos como a própria natureza. Método Intuitivo em educação, a criança vê, toca, descobre, todo o conhecimento está ao alcance; evita a descoloração, o congelamento, a sistematização, a desnaturalização. Ela pode dar às crianças uma primeira vista, muito básica, muito inadequado, mas que, pelo menos, abençoado efeito de levá-los ao à sua primeira e doce impressão, de lhes causar uma primeira e doce impressão, de fazê-los compreender e amar na infância que eles aprenderão mais tarde para compreender e a amar os homens (BUISSON, 1882b, p. 1377, tradução própria).

A justificativa para a importância e utilização do método reside no fato de que o aprendizado surge naturalmente, despertando e contribuindo definitivamente no processo de aprendizagem para vida toda.

A instrução pública do Brasil, uma visão francesa

Na França, ao analisarmos os exemplares da “Revue Pédagogique” e o “Dictionnaire de Pédagogie”, encontramos informações da situação do sistema educativo de muitos países. Apresentaremos algumas informações veiculadas a respeito do Brasil, na publicação datada de 1882, no “Dictionnaire de Pédagogie”, onde encontram-se informações do relatório anual do então Ministro do Interior e Legislação Couto Ferraz. Constitui-se em um breve relatório da situação geral do Brasil, com apresentação da Legislação, Autoridades, Escolas Públicas. São mencionados a gratuidade da instrução

pública, a obrigatoriedade legal, com comentários da existência das Escolas Normais, Primárias e Escolas Privadas e também sobre os professores, bem como as condições de desenvolvimento da educação e a importância da Lei de 17 de fevereiro de 1854, base da legislação escolar brasileira:

... e foi concluída pela ordem de 20 outubro 1855 e outro mais recente. O atual Imperador do Brasil, Dom Pedro Alcântara II, é uma mente liberal e esclarecida, que não negligencia nada para incentivar a educação; e o progresso que ele já fez realizar em seu país fornecem uma visão para o Brasil, uma nova era na educação profissional nas escolas públicas. Há escolas primárias públicas em dois graus, elementar e interior. Escolas primárias ensinam religião, a moral, leitura, escrita, elementos de gramática (BUISSON, 1882a, p. 278, tradução própria).

No mesmo texto, é apresentada ainda uma curiosa comparação de extensão do território brasileiro, que equivale a 15 vezes o território francês, e que conseqüentemente, assim como a área do país é maior, assim também o são os esforços, o trabalho e a organização da instrução pública que, de fato, são enormes.

Anos mais tarde, especificamente em 1911, em outra edição do mesmo dicionário, encontramos um texto rico em detalhes, composto por diversos tópicos: aspectos geográficos, sobre a colonização portuguesa; criação da República, organização do Ensino, a instrução pública, as escolas primárias, as escolas do segundo grau, os estudantes no recenseamento de 1872. Neste artigo, referente ao Brasil, encontramos a análise da influência do pensamento de Auguste Comte a este país. Cabe ressaltar que, provavelmente, a riqueza de detalhes se deve ao fato de utilizar como fonte principal as informações cedidas por Jean Jacques Élisée Reclus:

O autor que citamos e expressa nestas palavras, sobre o estado da educação nos Estados Unidos do Brasil: "O progresso da instrução pública não poderia ser rápido em um país onde os trabalhadores ainda eram em sua maioria escravos há menos de uma geração. A falta de estatísticas educacionais na maioria dos estados da República reflete a relutância em ser trazido para a difusão da educação, e aqueles que publicam as assembleias locais nos estados mais avançados mostram uma grande parte da juventude permanece fora das escolas. Em 1892, estimou-se que mais de três quartos da população, homens e mulheres, brancos, caboclos (filhos de índios) e pretos, ainda ignorantes dos primeiros rudimentos. Deixando de lado as crianças pequenas, vemos que o número de brasileiros que sabem ler não é igual a metade da população (BUISSON, 1911, tradução própria)

No que se refere à influência de Comte na educação brasileira, Lourenço Filho (1989) relaciona a mesma à Reforma implementada por Benjamim Constant como o momento de abolição do ensino gratuito e a limitação do ensino religioso, acompanhado de ações de favorecimento da educação das elites, ao mesmo tempo que se criava um centro de estudos e reformas, o *Pedagogium*. De toda sorte, com a sua morte prematura tais reformas tiveram a implementação comprometidas.

Congresso Pedagógico

As exposições pedagógicas também desenvolviam um papel importante na circulação de informações, saberes e ideias. No que se refere ao Congrès Pédagogique et Exposition Scolaire de Rio de Janeiro em 1883, é considerada como uma novidade no desenvolvimento da instrução pública, que dentre outros objetivos pretendia:

1º plantas e modelos de edifícios escolares. 2º mobiliário escolar ou modelos deste mobiliário. 3º material de ensino, ou seja, todos os objetos apropriados ao ensino primário, tais como cartas geográficas, esferas, mesas, pratos, litografias, coleções, etc. 4º manuais e livros usados nas escolas primárias. Higiene escolar. 5º documentos oficiais e publicações relacionadas com a educação primária (SANTA-ANNA NERY, 1884, p. 204).

O Museu Escolar Nacional inaugurado no Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1883, iniciativa particular e influência da Exposição Pedagógica e encorajada pelo governador, Denis (1884), “A exposição encerrada em 30 de setembro de 1883 e no mesmo dia, houve a proposição do senhor Conselheiro Manuel Francisco Correia, que decidiu pela fundação de uma sociedade para instalação e manutenção” (ALMEIDA, 1889, p. 810). A coordenação da sociedade ficou a cargo do Conde D’Eu, ficou acertado que em todos os anos aconteceriam uma exposição de trabalhos com a participação de professores e alunos. O Museu Escolar Nacional compreendia cinco sessões, saber:

1º Documentos legislativos, administrativos e estatísticas relativas a instrução. 2º Obras didáticas e outras relativas a educação. 3º Planos de construção de prédios escolares. 4º Tipos de móveis escolares. 5º Instrumentos e aparelhos, mesas e aparelhos de ensino, mesas, modelos, coleções geográficas, científicas e tecnológicas (ALMEIDA, 1889, p. 812, tradução própria).

A instituição foi fundada seguindo a iniciativa de outros países, ainda na perspectiva da circulação dos ideais internacionais para a educação, tais como:

Inglaterra, 1851-1854, South-Kensington Museu; Canada, 1851 em Toronto; França, 1854, em Paris; Rússia, 1866; Japão, 1871; Itália, 1873, em Roma; Áustria, 1873, em Viena; Hungria, 1873, em Pesth; Suíça, 1873, em Zurich, Estados Unidos da América, 1876, na Philadelphia; Holanda, 1876, em Amsterdam; Bélgica, 1880, em Bruxelas; Portugal, 1884 (ALMEIDA, 1889, p. 814).

No estado da Bahia, pelo Acto 4.440 de 26 de novembro de 1882, é apresentada a solicitação do Ministério do Império para fundação de bibliotecas e museus pedagógicos nas Escolas Normais da Província, a bem do ensino, com o propósito da boa habilitação dos profissionais do magistério (PARANAGUÁ, 1882, p. 45).

Consta ainda no primeiro número da revista, Bouchardy encontrou o pronunciamento, realizado na abertura do Congresso por parte de Mezenes Vieira ao Presidente da República:

Anteriormente ao regime atual, a constituição do ensino público fixou o seu espírito sistemático em seus quadros. O advento da República, formou o governo e a difusão da instrução se impõe com o caráter de uma necessidade suprema, o governo provisório se preocupa em organizar o ensino em novas bases, de uma forma completa e harmônica, depois da escola primária até as instituições superiores o espírito moderno e de condições de outra existência política. É verdade que algumas corporações de ensino apresentarão observações sobre os novos planos para estudos de seus respectivos institutos (BOUCHARDY, 1891, p. 479, tradução própria).

No desenvolvimento do mesmo texto da revista, Bouchardy acrescenta que “Três distintos professores, Sr. L. dos Reis; J. Pereira Frazão e Srta Amelia Fernandes da Costa, foram enviados a Europa no ano passado com a missão de estudar a organização das escolas primárias dos diferentes países” (BOUCHARDY, 1891, p. 479), fato consumado devido “...à novas orientações referentes a aplicação rigorosa da constituição federal” então “...não será permitido continuar o pagamento de fundos destinados aos custos desta missão, e os delegados brasileiros em consequência devem retornar ao Rio de Janeiro” (BOUCHARDY, 1891, p. 479). Assim, o intercâmbio de informações não se deu apenas via difusão de ideário e material pedagógico, mas também pelo intercâmbio de profissionais da área educacional.

No estado da Bahia, esta normatização já era utilizada anteriormente, pois em 1840 “Os professores destinados para as Escolas normal e complementar, dos quaes se trata no nº 6 § 1º da Lei nº 103 com referencia ao nº 37 já estão em França, estudando os materiais em que forão mandados instruir-se” (ALMEIDA, 1840, p. 12).

Cabe ressaltar que a Escola Normal Primária no Brasil foi criada pela Lei 37 de 14 de abril de 1836, onde se prevê duas cadeiras, uma de ensino mútuo, onde deve-se ensinar este método e a outra de caligrafia, aritmética, desenho linear, princípios de religião e gramática filosófica. Pelo artigo 4^o da Lei 27 o Professor e o Monitor foram mandados à França para aprenderem o método teórico e prático do ensino mútuo, porém, o autor questiona que o método não é ensinado satisfatoriamente nas escolas baianas (D'ESQUIVEL; SANT'ANA, 2016; D'ESQUIVEL et al., 2014) e:

Devendo este Estabelecimento ser imitação das Escolas de França, pelo citado artigo 4^o Lei nº 37, o Conselho, para mostrar o quanto a da Bahia está longe, apresenta o programa da Escola Normal primaria d'Academia de Paris, situada em Versailles, pois é da essência d'estas Escolas, que elas não sejam situadas nas Capitais” (BAHIA, 1846, p. 37/38).

A educação na Bahia

É reconhecida a influência do pensamento filosófico de Auguste Comte e aspectos da educação francesa na Europa e nas Américas, particularmente no Brasil, durante o século XIX e primeira metade do século XX:

A escola positivista de Auguste Comte teve um papel considerável na revolução que derrubou o império. A doutrina tinha feito grandes progressos, especialmente em instituições militares, e é o fervor de alguns positivistas envolvidos no movimento revolucionário deve ser atribuído vários decretos emitidos durante as primeiras semanas da República: separação de igreja e estado, instituição do dia nacional de 14 de julho, coincidindo com a da França, adoção do slogan *Ordem e Progresso* nas bandeiras e as letras *Saúde e Fraternidade* nas correspondências oficiais. No entanto, esta representação não vai mudar as práticas políticas. Os poderes conferidos ao presidente rapidamente levaram o governo ao exercício da ditadura. Além disso, desde o início, a partir do poder da revolução foi uma autocracia militar. Desde o fim do império, o país foi governado por soldados. "(Elisée Reclus.) Reclus escreveu em 1893. Deve-se acrescentar que, de 1894 a presidência foi ocupada por estadistas iluministas (BUISSON, 1911, tradução própria).

Pesquisas como as realizadas por Lorenz (2002), D'Esquivel, Duarte e Felisberto, (2016) e Santana, Regnier e D'Ambrosio (2016) abordam especificamente a influência do sistema educativo francês no sistema brasileiro. A partir de tais pesquisas, foi constatado, por exemplo, que a partir do Colégio Pedro II, que é o primeiro estabelecimento de ensino secundário no país, fundado em 1837, se irradiou a normatização da educação pública no Império, que foi realizada sob a base dos padrões europeus, especificamente do Collège Henri IV de Paris. O Colégio Pedro II foi

considerado oficialmente como parâmetro na educação nacional, onde verifica-se a existência da verossimilhança entre o que se estabeleceu na França e no Brasil.

De fato, no que se refere à circulação de ideias e inovações pedagógicas, podemos conjecturar que ocorreram a partir da tradução de muitos autores franceses para o português que “...o século XIX é considerado como um século de francofonia por excelência, onde a nossa cultura absorveu tudo ou quase tudo o que se produzia na França” (BASTOS, 2008, p. 39). Neste período, registra-se, por exemplo, a presença de escolas francesas no país, principalmente no Rio de Janeiro. A instalação da escola Aliança Francesa se dá em 1886; cabe ressaltar que esta foi fundada na França em 1884. Também se observa a valorização da cultura e dos hábitos franceses, obviamente ocorre também a valorização do conhecimento da língua francesa, como um indicativo de credencial cultural (BASTOS, 2008). Um outro efeito observado é a produção de livros de origem francesa no Brasil: “A presença significativa de editoras francesas de livros escolares no Brasil e em outros países, no século XIX, faz parte do projeto de expansão do comércio livreiro francês, abrindo filiais em Portugal e Espanha e, com isso, chegando aos impérios ultramarinos” (BASTOS, 2008, p. 51).

Nesta perspectiva, “...o discurso estruturado em retóricas originárias de uma Europa influenciada pelas repercussões da Revolução Francesa, a qual apregoava que era preciso instruir a população para se alcançar a civilização, já não era mais uma grande novidade no final do século XIX” (BENCOSTTA, 2005, p. 68), mas este discurso repercutiu no Brasil republicano de maneira que o poder político apresenta uma proposta de escolarização destinada aos que por muito estiveram fora do sistema educativo, criando o ensino primário gratuito (BENCOSTTA, 2005).

Apesar do que se construiu durante o Império e as reformas que nele ocorreram, pode-se especular que houve a intenção de atribuir à República a criação da escola pública e que

...era uma estratégia que referendava o esquecimento a respeito do legado educacional do século XIX: a difusão de novos métodos de ensino simultâneo, intuitivo (as lições de coisas) e de alfabetização (os métodos analíticos, que buscavam conciliar o ensino da leitura e da escrita); a propagação das bibliotecas escolares e a criação do Museu Pedagógico (1883) (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 37).

E assim, fica para a Primeira República o referencial da origem, criação da organização da escola elementar, bem como das políticas de institucionalização e democratização da educação no Brasil (SCHUELER; MAGALDI, 2009). E assim, no ano

de 1889, com a Proclamação da República, Benjamin Constant Botelho de Magalhães assumiu o Ministério da Instrução Pública, no qual, por meio do Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, aprovou o regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal.

Indícios do Método Intuitivo

A Revista do Ensino Primário do estado da Bahia começa a circular mensalmente em 1892, impressa pela Litho Typographia de J. G. Tourino. No primeiro número, no Artigo de Redação, intitulado “*Nos etiam pro causa nostra pugnamus*”, assinado por L. dos Reis e Laiz Leal, é desenvolvida uma apresentação do propósito do periódico, discutindo a complexidade que a frase em latim carrega, frase esta que é o mote oficial da revista. Fundamentada em ideias de solidariedade entre os professores primários, reivindicações e pela cultura cívica e pedagógica etc., encerrando com a ideia do desenvolvimento da ciência pedagógica com moldes nacionais. No desenvolvimento do texto, os autores continuam ressaltando a importância do cuidado com a educação da criança, o embrião do cidadão, ou seja, a criança é o projeto futuro do cidadão, deve ser moldada e educada, ser protegida de reformas antipedagógicas e anticientíficas, “das lições decoradas, pedantescas, que matam-lhe as expansões do espírito” (REIS; LEAL, 1892, p. 2). Na mesma perspectiva, em defesa do ensino primário, identificando a necessidade de seguir as Leis e a atualidade do ensino no mundo, acrescenta-se:

Quando em todos os países da Europa e América do Norte dá-se instrução às crianças baseando-a no tão preconizado método iniciado no século XVII por Comênios, surpreendemo-nos da falta de orientação d’este Estado. O regimento interno das Escolas primárias no art. 11, f. determina de um modo claro qual a orientação que deve dar o professor ao ensino: porem, causou-nos pasmo ver a repartição de instrução publica convidar proponentes à fornecimento de livros para uso escolas primárias, principiando este fornecimento por 5000 cartas de ABC, 5000 tabuadas etc. (CAVALCANTE, 1892a, p. 6).

Ao refutar a utilização das Cartas de ABC e tábuas, fica claro que o autor possuía conhecimento do método, e na verdade estava justificando que o ensino deveria ser prático e intuitivo, o que satisfaz a exigência da lei então em vigor. O autor chega a solicitar às autoridades que eliminem “os libretos” semelhantes da escola primária. Ressaltam ainda que o ensino das disciplinas devem ser “...do simples para o composto, do indefinido, para o definido, do concreto para o abstrato. Considerando este princípio como verdade essencial dilatada pela psicologia abstrata, claro está que não devem ser

admitidas as tabuadas e cartas de A B C nas escolas supracitadas” (CAVALCANTE, 1892a, p. 6).

Na continuidade da argumentação, chama-se a atenção de que a prática de sala de aula demonstra que a criança não compreende senão o concreto e o sintético, pois é o que fala aos sentidos e o que lhe interessa, ou seja, os livros descritos anteriormente, contradizem o caminho natural da aprendizagem, do desenvolvimento da inteligência infantil. Ainda sobre esta questão, o autor utiliza as ideias de Buisson, como podemos observar:

O ensino feito por estes livros, que, na frase de Buisson, não dizem absolutamente nada à sua imaginação, ao seu coração, a nenhuma das suas faculdades interessam somente ao seu ouvido, visto que a isso obrigam-na; porém é o mais que dele conseguis. Ora, é necessário obter mais algumas cousas; é indispensável que vos escute com toda a sua inteligência. O excesso de trabalho mental, produzido nas crianças pela aprendizagem n'estes livros, traz como consequência o atrofiamento das faculdades, o cansaço e o desgosto para o estudo (CAVALCANTE, 1892a, p. 7).

Veementemente Cavalcante (1892a) refuta a possibilidade de utilização do material a ser fornecido pelo governo, que possui metodologia diferente do que é estipulado pelas leis, bem como, segundo ele, pelo que esperam os professores. Ainda lembra que o material a ser impresso e encadernado, normalmente, é de qualidade ruim e pode durar somente um ano, e sugere que o material seja substituído. No que se refere ao ensino de aritmética é fundamentado no cálculo mental, importante para a formação das ideias e o desenvolvimento intelectual, favorecendo o raciocínio dedutivo, realizado por meio de exercícios práticos, análogos à lição de coisas, com cálculo oral e se valendo de quantidades concretas. Tais atitudes são necessárias para que a criança entenda desde a explicação mais elementar das regras da aritmética e para o ensino desta; deve-se utilizar outros recursos práticos que estariam segundo o regulamento do estado. Ainda na defesa de sua posição, o autor finaliza esta parte do artigo com o questionamento sobre se houvesse para as escolas a opção de escolha entre as cartas de A B C e a cartilha maternal de João de Deus, quantas escolheriam uma ou outra?

No segundo número da revista, encontramos a continuação do artigo de Cavalcante, que retoma a discussão do material a ser distribuído para as escolas, mencionando que “A diretoria pediu 1000 exemplares da Aritmética de Trajano e 3000 exemplares da de Rodrigues da Costa. São estas Aritméticas úteis à escola primária?” (CAVALCANTE, 1892a, p. 21), a resposta do autor é com uma outra pergunta e que, se

de fato são necessários, ele questiona se o número de exemplares é suficiente para a demanda das escolas. Logo a seguir, apresenta outro artigo, em que questiona a qualidade e utilização de 3000 exemplares do livro “Desenho Linear” de Maria Bittencout, pois não existe a possibilidade de adequação do mesmo ao método de ensino determinado por lei (CAVALCANTE, 1892b, p. 23). O autor continua tecendo duras críticas ao livro, criticando a apresentação de definições, figuras e acrescenta ainda: “Já é tempo de darmos a criança uma instrução sólida, e libertá-la do horripilante e estafado método decorativo” (CAVALCANTE, 1892b, p. 24), e faz a sugestão de se utilizar coleções de “Sólidos, poligonal” de Pape Carpentier e material para o ensino gráfico.

Cabe ressaltar que análises tangenciais como as que tecemos aqui, utilizando a revista e o artigo de Cavalcante (1892b), também foram realizadas por D’Esquivel, Duarte e Felisberto (2016) mas sob um outro aspecto, focando principalmente na adoção do livro de Norman Allison Calkins, com o propósito de “investigar como para o ensino de aritmética e dos saberes geométricos para escola primária, foram compreendidos os pressupostos educacionais da vaga pedagógica ensino intuitivo/lições de coisas” (D’ESQUIVEL; DUARTE; FELISBERTO, 2016, p. 18) nos estados da Bahia, Paraná e São Paulo, ou como explicam os autores: “...buscar-se-á analisar a trajetória de circulação do manual “Primeiras Lições de Coisas” de Norman Allison Calkins, traduzido por Rui Barbosa e a relação dessa obra para a definição de diretrizes de ensino para escola primária” (D’ESQUIVEL; DUARTE; FELISBERTO, 2016, p. 16). Os autores apresentam também uma análise da inclusão do método pedagógico nas leis.

As Escolas Normais possuíam como função principal a formação de professores para o magistério primário e esta formação dever-se-ia fundamentar no âmbito da pedagogia, com bases inteiramente práticas, pois com lições teóricas e abstratas os mestres e os futuros professores só têm a perder. Sobre esta temática, o autor acrescenta que dever-se-ia trocar a exigência do ensino da língua latina “...conservando-se porém a francesa, que embora opinem alguns pedagogistas deva ser facultativa, é de maior necessidade para leitura de obras e revistas pedagógicas” (VALLASQUES, 1892b, p. 30) e o mesmo autor, finaliza afirmando: “...meu maior desejo é ver a classe a que humildemente pertenco forte e respeitada pelas virtudes e saber, escrevi estas despreziosas linhas, que foram ditadas por um sentimento único: ver o professorado baiano escoimado da pecha de inabilitado que não cessam de repetir por ai além” (VALLASQUES, 1892b, p. 32). Ainda sobre o mesmo assunto ele comenta a contradição entre as nossas leis e as condições de desenvolvimento da educação:

Entre nós, que tudo temos importado da Europa, de onde nos tem vindo também a civilização, nós que procuramos arremedar a tudo que de lá temos transplantado para nossas leis de ensino, os progressos alcançados nestes últimos tempos pela pedagogia, muito pouco ou quase nada temos aprovado dessas conquistas, e podemos dizer que a realidade que supomos existir de instrução são verdadeiras antíteses às nossas leis (VALLASQUES, 1892a, p. 162-163).

No que se refere especificamente ao ensino de aritmética, Celestino começa seu artigo comentando que “... não dirá coisa nova, quem faltar ou escrever sobre as desvantagens do ensino superficial e lacunoso do cálculo” (CELESTINO, 1893, p. 153). Ele se mostra contrário ao que chama de “entorpecimento do progresso da instrução da infância” e sobre o estudo da aritmética “... não é ao princípio senão o estudo prático do cálculo; ele principiara por lições análogas de coisas; é, por assim dizer, exercícios de cálculo oral com o auxílio das quantidades concretas” (CELESTINO, 1893, p. 154). As argumentações por um ensino fundamentado em noções concretas, que devem anteceder as abstratas, continua sendo a tônica da defesa de um ensino moderno e dinâmico. Interessante frisar que, após a primeira publicação e os artigos em que se apresentava a insatisfação com o material pedagógico, os livros e as tábuas de A B C, após quase dois anos, a revista apresenta um artigo onde saúda a atitude dos dirigentes do estado da Bahia ao comprarem os livros de Antônio Bandeira Trajano:

Uma vez que assinalamos o compêndio de Trajano, notaremos de passagem, que não contamos somente com o livro, mas também com o professor, pois este, será impossível a criança a compreensão daquele, por mais claro e simples que seja. Agora que a Assembleia estadual trata de dotar o ensino com uma reforma compatível com as nossas necessidades sociais, nutrimos as mais fagueiras esperanças, que o poder legislativo, para o qual apelamos, inspirado de verdadeiro patriotismo, procure melhorar o estado precário das nossas escolas públicas, porque o ensino popular é sem dúvida, como acertadamente qualifica Laveley?, a mais séria, a mais viva preocupação dos governos livres, por ser também a mais importante e urgente do nosso tempo. Belém, 28 de abril de 1893 (SILVA, 1893, p. 220)

Considerações

Ao se realizar a análise dos periódicos brasileiro e francês, observa-se que havia a circulação de ideias, propósitos e informações; fato notório a publicação de informações do Brasil bem como informações de nosso sistema educativo no periódico francês; e também a publicação de informações e procedimentos educacionais no periódico baiano.

Previa-se também nas leis do estado da Bahia o envio de professores para aprendizagem dos métodos pedagógicos que eram utilizados na França. Assim como os livros, materiais a serem utilizados para o ensino de aritmética eram utilizados na Bahia e cumpriam seu papel ao lado dos métodos para ensinar, e “...este é mais do lado da aprendizagem da numeração e do cálculo, em que um material rudimentar prova ser suficiente, que desenvolve um ensino privilegiando o “sensível” e “tangível”” (D’ANFERT, 2006, p. 49).

Com efeito, os métodos para ensinar, difundidos no século XIX e na primeira metade do século XX, que estiveram presentes na Europa e especificamente no solo francês, também são identificados no estado da Bahia.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *L’instruction publique au Brésil: Histoire-législation*. Éditeur Imp. G. Leuzinger & filhos, 1889.

ALMEIDA, T. X. G. de. *Falla que recitou o Presidente da Provincia da Bahia n’abertura da Assembléa Legislativa em 02 de fevereiro de 1840*. Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva. 1840. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=130605&PagFis=152&Pesq=antnio%20bahia>

BAHIA. *Relatório apresentado pelo concelho de instrucção publica a Assembleia Legislativa da Provincia da Bahia*. Typografia de Galdino Jose Bizerra e Comp. 1846. <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=130605&PagFis=152&Pesq=antnio%20bahia>

BASTOS, M. H. C. Manuais escolares franceses no Imperial Colégio de Pedro II (1856-1892). *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 26 p. 39-58, Set/Dez 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Visitado em: 11 jul. 2016.

BENCOSTTA, M. L. A. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil - Vol. III - Século XX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BOUCHARDY, A. Courrier de L’Extérieur. Brésil. *Revue pédagogique*, Paris, p. 477-480, 2º sem. 1891.

BUISSON, F. *Dictionnaire de Pedagogie*. Instruction Primaire. I^{re} Parte, Tome I. Paris. Librairie Hachette et C., 1882a.

BUISSON, F. *Dictionnaire de Pedagogie*. Instruction Primaire. I^{re} Parte, Tome II. Paris. Librairie Hachette et C., 1882b.

BUISSON, F. *Nouveau dictionnaire de pédagogie*. Instruction Primaire. I^{re} Parte, Tome I. Paris. Librairie Hachette et C. 1911. <http://www.inrp.fr/edition-electronique/lodel/dictionnaire-ferdinand-buisson/document.php?id=2217>

CAVALCANTE, A. Colaboração-Considerações sobre o ensino de Leitura e Arithmetica. *Revista do Ensino Primário*, 1892, Anno I, n. 02, dezembro, Salvador, BA: Litho-Typographia de J. G. Tourinho, Dezembro, 1892a. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129725>, visitado em: 11 jul. 2016. Original Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor de Periódicos Raros.

CAVALCANTE, A. Livros para escola primaria. *Revista do Ensino Primário*, 1892, Anno I, n. 02, dezembro, BA. 1892b. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129725>, visitado em: 11 jul. 2016. Original Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor de Periódicos Raros.

CELESTINO, P. O ensino de Arithmetica. *Revista do Ensino Primário*, 1893, Anno I, n. 08, junho, BA. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129730>, visitado em: 11 jul. 2016. Original Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor de Periódicos Raros.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, D. A. da. "The conceptions and contributions of Pestalozzi, Grube, Parker and Dewey for teaching arithmetic in elementary level: the concept of number". *História da Educação* 18, nº 42, p. 37–59, abril de 2014: doi:10.1590/S2236-34592014000100003.

D'ANFERT, Renault. Les Mathématiques à l'École élémentaire au XIX^e siècle. In : *Une histoire de l'Éducation e de la formation*. Vincent Troger. Sciences Humaines Éditions, 2006.

D'ESQUIVEL, M. O.; AMARAL, R.; SANTANA, I. P.; SANT'ANA, C. C. Saberes Elementares de Matemática na Bahia: Currículos e Programas de Ensino (1895-1925). In: COSTA, David Antonio da; VALENTE, Wagner Rodrigues (Org.). *Saberes matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar?* Estudos histórico-comparativos a partir da documentação oficial escolar. São Paulo, 2014, v. 1, p. 19-36.

D'ESQUIVEL, M. O.; DUARTE, A. R. S.; FELISBERTO, L. G. dos S. As "Lições de Coisas" e os saberes elementares matemáticos no curso primário, Bahia, São Paulo e Paraná, 1890-1920. In: VALENTE, Wagner Rodrigues; PINTO, Neuza Bertoni (org.). *Saberes elementares matemáticos em circulação no Brasil: dos documentos oficiais às revistas pedagógicas, 1890-1970*. São Paulo: Livraria e Editora da Física, 2016.

D'ESQUIVEL, M. O.; SANT'ANA, C. de C. Do Desenho à Geometria: saberes geométricos na escola primária da Bahia. *HISTEMAT – Revista de História da Educação Matemática Sociedade Brasileira de História da Matemática*. v. 2, n. 2, 2016.

DENIS, P. Revue de l'Étranger. Notes sur l'instruction publique au Brésil. *Revue pédagogique*, Paris, p. 461-476, 15 jan. 1^o sem. 1908.

FILHO SIQUEIRA, M. G.; LEMOS, V. A Aritmética e o Método Intuitivo nos manuais escolares do ensino primário (médio e superior/complementar) no Brasil e na França no final do século XIX e início do Século XX. *Perspectiva* 34, nº 1, p. 15–40, 21 de junho de 2016.

LELIÈVRE, C. *Histoire des institutions scolaires (1789-1989)*. Paris: Nathan, 1994, 237 p.

LORENZ, K. M. et al. A influência francesa no ensino de ciências e matemática na escola secundária brasileira do século XX. II Congresso Brasileiro de História da Educação. *Anais...* 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congresso/cbhe2pdfs/Temas3/0306.pdf>>. Acesso: em 02 ago. 2014.

LOURENÇO FILHO, M. B. Educação (De 1889 1941) – Brasil-República. In: BERRIEN, William; MORAES, Rubens Borba de. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Sob a direção de Rubens Borba de Moraes e William Berrien. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, Data de publicação: 1998. 2 v. Série: (Coleção Brasil 500 anos) (1949). <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1023>.

NUNES, A. d'A. Fontes para a história da educação. *Práxis Educacional*, v. 2, n. 2, 2006. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/387>

PARANAGUÁ, J. C. da C. Bahia (Provincia) Presidente (Cunha Paranagua). Typographia do « diário da Bahia ». *Relatório 05 de janeiro*. 1882. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=130605&PagFis=152&Pesq=antonio%20bahia>

REIS, L. dos; LEAL, L. Artigo de Redação: *Nos etiam pro causa nostra pugnamus*. *Revista do Ensino Primário*, 1892, Anno I, n. 01, novembro, BA. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129725>, visitado em 11/07/2016. Original Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor de Periódicos Raros.

SANTA-ANNA NERY, F. -J. de. L'instruction publique au Bresil, *Revue Pédagogique*, Paris, 1884-II, 204, p. 204-224, 2^o sem. 1894.

SANTANA, I. P.; REGNIER, J.-C.; D'AMBROSIO, U. Um olhar sobre os programas de ensino de matemática do ano de 1931 no Brasil e na França. In *Ações colaborativas e cooperativas em educação: entre história, ensino e formação de professores*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016, 348p. Sant'Ana, Claudinei de Camargo; Santana, Irani Parolin; Rosemeire dos Santos Amaral (Orgs.)

SCHUELER, A. F. M. de; MAGALDI, A. M. B. de M. “Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa”. *Tempo. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense* 13, nº 26, p. 43–66, 2009

SILVA, P. C. da. O ensino de arithmetica. *Revista do Ensino Primário*, 1893, Anno I, n. 12, outubro, BA. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129734>, visitado em: 11 jul. 2016.
 Original Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor de Periódicos Raros.

SIQUEIRA FILHO, M. G.; LEGROS, V. A Arithmética e o Método Intuitivo nos manuais escolares do ensino primário (médio e superior/complementar) no Brasil e na França no final do século XIX e início do Século XX. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 15-40, jan./abr. 2016.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2016v34n1p15>

SOËTARD, M. “Pestalozzi ou la volonté d'utopie en éducation”, *Imaginaire & Inconscient*, n. 9, p. 27-39, 2003/1.

TRAJANO, A. B. *Arithmetica Primaria*. Companhia Typographica do Brasil. Rio de janeiro. 12. ed. 1889/1890.

TRAJANO, A. B. *Arithmetica Primaria*. Companhia Typographica do Brasil. Rio de janeiro. 118. ed. 1947.

VALLASQUES, D. Obrigatoriedade do ensino priário. *Revista do Ensino Primário*, 1892, Anno I, n. 01, novembro, BA. 1892a. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129725>, visitado em: 11 jul. 2016.
 Original Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor de Periódicos Raros.

VALLASQUES, D. Escolas normaes e programma de ensino. *Revista do Ensino Primário*, 1892, Anno I, n. 02, dezembro, BA. 1892b. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129725>, visitado em: 11 jul. 2016.
 Original Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor de Periódicos Raros.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq, Capes e a UESB pelo apoio e financiamento, bem como à Bibliothèque École Supérieure du Professorat et de l'Éducation de l'académie de Limoges – ÉSPÉ e a Université de Limoges pela viabilização da pesquisa pesquisa e aos integrantes do GEEM, Grupo de Pesquisa em Educação Matemática da UESB, pelas sugestões no desenvolvimento da pesquisa, bem como correções nas versões do texto, principalmente a Irani Parlin Santana pelas indicações/traduições/levantamento das fontes em Francês e a Madame Sandrine, que nos indicou e auxiliou na busca das fontes em

Limoges/França, também meus agradecimentos a Marc Moyon e Valérie Legros. Agradecimento especial aos amigos e colegas do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática (GHEMAT) pela parceria estabelecida.